

Senhores Acionistas,
A Sompo Saúde Seguros S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

L. Perfil

A Sompo Saúde Seguros S.A. ("Seguradora"), subsidiária integral da Sompo Seguros S.A., é uma Seguradora de plano de assistência à saúde que atua no setor de saúde suplementar, oferecendo aos seus consumidores planos de assistência à saúde. Está constituída nos termos da Lei nº 10.185 de 12 de fevereiro de 2001, na categoria de Seguradora especializada em saúde. Atua preponderantemente no segmento corporativo com planos não patrocinados, porém, possui uma carteira de seguros individuais que está em *run-off*.

II. Planejamento Estratégico

Embasada em sua missão que consiste em "Gerar bem-estar e proteção à sociedade provendo serviços de mais alta qualidade", a Sompo Saúde Seguros S.A. estabeleceu estratégias pautadas na melhoria da experiência de seus segurados e na sustentabilidade financeira da operação. Metas foram traçadas para adequar os padrões de serviço e controlar a sinistralidade, em continuidade aos esforços e investimentos realizados em anos anteriores. Para atingir níveis mais assertivos no atendimento ao segurado, considerando perfis e necessidades individuais, a Seguradora investiu recursos na promoção de ações de qualidade de vida e gestão de pacientes crônicos, revisou produtos e rede credenciada e ampliou a cobertura de atendimento para o território nacional. Além disso, investiu fortemente em projetos de melhoria de processos e otimização de controles internos, facilitando a tomada de decisão.

O principal objetivo do grupo Sompo é concretizar sua visão de "Ser a Seguradora preferida dos clientes, com crescimento sustentável" e para isso, os planos estratégicos e táticos de curto e médio prazo foram revisados e, em 2019, iniciou-se a construção das estruturas que permitirão à Sompo Saúde alavancar seus negócios nos próximos anos.

Como diretrizes destes planos estratégicos, a Seguradora priorizou a implementação de soluções para aumentar os níveis de eficiência operacional e inovação, tornando mais fácil, ágil e moderno seu modelo de relacionamento com o segurado e com os parceiros. Além disso, uma de suas grandes apostas para os próximos anos são os investimentos nas estruturas de dados para fortalecer a tomada de decisão. A Seguradora pretende assim promover níveis de sustentabilidade e governança corporativa, maximizar a rentabilidade aos acionistas e mobilizar os *stakeholders* para o bem-estar social, seguindo a estratégia e a filosofia do Grupo Sompo Holdings.

III. Governança Corporativa

A Sompo Saúde Seguros S.A. continua desenvolvendo medidas de fortalecimento de sua governança corporativa. Para garantir a eficácia de seus processos, a Seguradora mantém uma estrutura própria e utiliza-se das seguintes ações de governança: (i) fortalecimento das estruturas de controles internos, *compliance* e gestão de riscos; (ii) testes de aderência dos

controles internos mapeados através de auditoria interna; (iii) manutenção de Comitês que visam realizar e/ou aprimorar estudos internos, apoiando as tomadas de decisões, a formalização das práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

Ouidoria: Com mais de 15 anos de existência, a ouvidoria na Sompo Saúde Seguros S.A. tornou-se um importante canal de comunicação onde os segurados e corretores podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim com as áreas para melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e sistemas, aprimorando o atendimento da Seguradora. A ouvidoria visa sanar as dúvidas e atender as reclamações, atuando como mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Seguradora, propondo recomendações e mitigando novos desacordos.

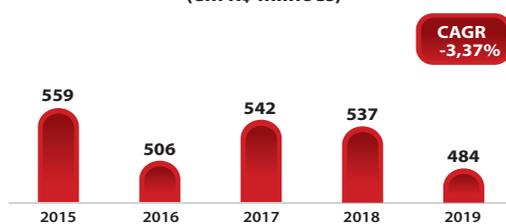
Código de ética: O código de ética da Seguradora norteia suas atividades, coibindo as práticas desleais e os abusos de poder nas relações de consumo, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém atividades direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do código de ética.

Canais de denúncias: Os canais de denúncias da Sompo Saúde Seguros S.A. têm como objetivo receber denúncias relacionadas à violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude, crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncias estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada através de telefone (0800153156), intranet, internet ou e-mail (fraude@sompo.com.br; lavagemdedinheiro@sompo.com.br), sendo garantido o anonimato ao denunciante.

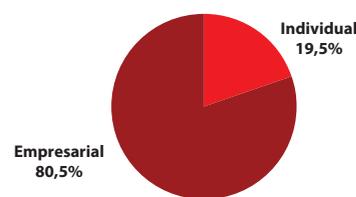
IV. Desempenho Econômico

As demonstrações financeiras da Seguradora refletiram um decréscimo em prêmios retidos de 9,9% em relação ao ano de 2018. Isso ocorreu principalmente pela não renovação de contratos que apresentavam alto índice de sinistralidade.

Prêmios retidos (em R\$ milhões)



Portfólio de prêmios retidos em dezembro de 2019



A Seguradora possui em sua carteira os produtos individual (*run-off*) e empresarial. Essa carteira encontra-se estratégica e majoritariamente distribuída na capital de São Paulo (além de algumas cidades do interior do estado) e nas capitais dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Resultado líquido: A Seguradora encerrou o ano de 2019 com lucro líquido de R\$ 0,8 milhão, uma diminuição de R\$ 9,2 milhões em relação ao ano anterior (lucro de R\$ 10,0 milhões).

Índice combinado: Percentual obtido através do total de gastos com sinistros indenizáveis líquidos, despesas de comercialização, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre o montante de prêmios ganhos de operações com saúde. O índice combinado apresentou uma piora de 2,2 pontos percentuais, passando de 99,9% em 2018 para 102,1% em 2019 devido ao aumento de 2,6 p.p. na sinistralidade.

Dividendos: O Estatuto Social prevê a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda como condição, bem como a constituição da reserva legal, para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

V. Recursos Humanos

A Seguradora encerrou o ano de 2019 com 235 funcionários.

VI. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas as nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2020

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Ativo circulante		83.774	152.348
Disponível		2.935	4.457
Realizável		80.839	147.891
Aplicações financeiras	5	47.739	111.276
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		1.633	11.585
Aplicações livres		46.106	99.691
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	10.247	18.826
Prêmios a receber		3.314	9.911
Participação de beneficiários em sinistros indenizáveis		206	2.187
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		6.727	6.728
Despesas diferidas		8.014	6.217
Créditos tributários e previdenciários	7	7.880	6.752
Bens e títulos a receber		5.077	4.752
Despesas antecipadas		1.882	68
Ativo não circulante		230.350	198.557
Realizável a longo prazo		215.132	186.602
Aplicações financeiras	5	143.618	119.917
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		82.539	79.414
Aplicações livres		61.079	40.503
Títulos e créditos a receber	6	1.188	-
Ativo fiscal diferido	7	26.007	26.084
Depósitos judiciais e fiscais	8	44.319	40.601
Investimentos	9	960	1.010
Outros investimentos		960	1.010
Imobilizado	10.a	2.690	3.015
Imóveis de uso próprio		2.569	2.661
Imóveis - não hospitalares		2.569	2.661
Imobilizado de uso próprio		121	354
Imobilizado - hospitalares		2	2
Imobilizado - não hospitalares		119	352
Intangível	10.b	11.568	7.930
Total do ativo		314.124	350.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2019	2018
Passivo circulante		88.712	107.687
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	73.621	87.617
Provisões de prêmios		7.657	6.832
Provisão de prêmios não ganhos - PPCNG		6.195	5.479
Provisão para remissão		1.462	1.353
Provisão de sinistros a liquidar para SUS		364	856
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		17.932	31.626
Provisão para sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		47.668	48.303
Débitos de operações de assistência à saúde		2.715	2.356
Receitas antecipadas de prêmios		336	242
Comercialização sobre operações		2.026	1.998
Operadoras de planos de assistência à saúde		353	116
Tributos e encargos sociais a recolher	13.a	2.514	6.608
Débitos diversos	14	9.862	11.106
Passivo não circulante		47.016	45.333
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	23.049	22.183
Provisão de sinistros a liquidar para o SUS		22.844	22.161
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		205	22
Provisões		23.967	23.150
Provisões para tributos diferidos	13.b	901	826
Provisões para ações judiciais	15	23.066	22.324
Patrimônio líquido	16	178.396	197.885
Capital social		96.281	116.281
Reservas de lucros		82.166	81.620
Ajustes de avaliação patrimonial		(51)	(16)
Total do passivo		314.124	350.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	17.a	479.745	533.519
Receitas com operações de assistência à saúde		482.735	536.583
Prêmios retidos		483.331	536.548
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(596)	35
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(2.990)	(3.064)
Sinistros retidos	17.b	(410.898)	(443.255)
Sinistros conhecidos ou avisados		(411.533)	(447.916)
Sinistros ocorridos e não avisados		635	4.661
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		68.847	90.264
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	17.c	2.167	(4.743)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(3.705)	(1.502)
Provisão para perdas sobre créditos		5.872	(3.241)
Resultado bruto		71.014	85.521
Despesas de comercialização	17.d	(29.319)	(33.152)
Despesas administrativas	17.e	(51.682)	(51.646)
Resultado financeiro líquido	17.f	12.324	21.654
Receitas financeiras		12.745	18.453
Despesas financeiras		(421)	3.201
Resultado patrimonial	17.g	-	(73)
Despesas patrimoniais		-	(73)
Resultado com seguro e resseguro	17.h	-	1.960
Receitas com seguro e resseguro		-	6.336
Despesas com seguro e resseguro		-	(4.376)
Resultado antes dos impostos e participações		2.337	24.264
Imposto de renda	19	355	(5.277)
Contribuição social	19	88	(7.006)
Participações sobre o lucro		(2.011)	(1.918)
Lucro líquido		769	10.063
Quantidade de ações ordinárias		3.094.257	3.094.257
Lucro líquido por ação		0,25	3,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

		2019	2018
Lucro líquido do exercício		769	10.063
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda		(59)	4
Imposto de renda e contribuição social		24	(2)
Subtotal		(35)	2
Total dos resultados abrangentes		734	10.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Sompo Saúde Seguros S.A., doravante referida também como "Seguradora", tem por objeto social a exploração das operações de seguro saúde. A Seguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Cubatão, 320, 9º andar, na cidade e estado de São Paulo. A Seguradora é subsidiária integral da Sompo Seguros S.A.. Suas operações são conduzidas de forma integrada com a sua controladora Sompo Seguros S.A. com a qual compartilha parcela significativa da estrutura administrativa e operacional e cujos custos são atribuídos a cada empresa, segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Seguradora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Seguradora possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob nº 000477. **2. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018 e alterações posteriores. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sompo Saúde Seguros S.A. e pelo Conselho de Administração da sua controladora em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2020. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método indireto conforme faculdade concedida pela Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS. **a) Base para mensuração e elaboração:** A preparação

continua

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	2019	2018
Lucro líquido do exercício	769	10.063
Ajustes para:		
Depreciação	360	298
Amortização de ativos intangíveis	792	784
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(5.872)	3.699
Ajustes de avaliação patrimonial	(35)	2
Lucro líquido ajustado	(3.986)	14.846
Aplicações financeiras	39.836	(27.321)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	13.264	(372)
Despesas diferidas	(1.797)	6.657
Créditos tributários e previdenciários	(1.051)	2.779
Bens e títulos a receber	(325)	(3.642)
Despesas antecipadas	(1.814)	381
Depósitos judiciais e fiscais	(3.718)	(279)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(13.130)	(6.371)
Débitos de operações de assistência à saúde	359	713
Tributos e encargos sociais a recolher	(4.094)	4.238
Débitos diversos	(1.244)	1.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2019	2018
Provisões para ações judiciais	742	(4.546)
Provisões para tributos diferidos	75	(23)
Caixa (consumido) gerado pelas operações	23.117	(11.908)
Atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	-	(4.685)
Aquisições de intangível	(4.456)	-
Baixa de imobilizado	-	74
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(4.456)	(4.611)
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	(20.000)	21.673
Dividendos propostos	(183)	(2.390)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(20.183)	19.283
Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(1.522)	2.764
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.457	1.693
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.935	4.457
Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(1.522)	2.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos a valor justo por meio do resultado. As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera.

c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela ANS exige que a Administração faça julgamentos quanto a cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para o estabelecimento dos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas que são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa nº 3 e as listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

• Nota 5 - Aplicações financeiras; • Nota 12 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde; e • Nota 15 - Provisões judiciais.

d) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:

i. IFRS 9 - Instrumentos financeiros: A norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovada pela ANS. A Seguradora irá aplicar a norma juntamente ao IFRS 17 com base na revisão do pronunciamento técnico nº 12/2017 item 20B linha (b).

ii. IFRS 16 - Arrendamentos: A nova norma requer que as Seguradoras tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, divulgado em dezembro de 2017. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, porém não foi aprovada pela ANS a segunda revisão (R2).

iii. IFRS 17 - Contratos de Seguros: Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora avalia uma mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contemple a adoção total da norma. A norma ainda não foi aprovada pela ANS. Não há outras normas ou interpretações.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Reconhecimento e mensuração dos contratos de seguros: Os prêmios de seguros saúde são reconhecidos no resultado ao longo do período de vigência do risco coberto. Os prêmios de seguros que têm emissão antecipada ao período de cobertura de risco são mantidos em conta patrimonial retificadora da conta de prêmios a receber até o início do período de cobertura do risco. A Seguradora conclui que a melhor estimativa para a mensuração da provisão para redução ao valor recuperável é a calculada conforme os critérios definidos pela Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações posteriores. Os referidos critérios levam em consideração, principalmente, a quantidade de dias de atraso dos prêmios a receber.

b) Despesas de comercialização diferidas: As despesas de comercialização apropriadas são registradas quando da emissão dos contratos ou faturas e diferidas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos. São recursos financeiros disponíveis em caixa ou em depósitos bancários com liquidez imediata. Esta disponibilidade tem como principal função, atender às necessidades de curto prazo, ou seja, necessidades com prazos inferiores a 1 mês.

d) Ativos financeiros: Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos disponíveis para a venda;
- Recebíveis.

e) Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros: A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios:

i. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros designados nesta categoria cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

ii. Ativos financeiros disponíveis para a venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponível para venda ou que não são classificados como "empréstimos e recebíveis" e "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda definitiva ou vencimento dos respectivos ativos.

iii. Recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os "Prêmios a receber".

f) Determinação do valor justo: Para apuração do valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora adota a seguinte prática:

i. Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos): O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo: Para as letras financeiras (LF) pós-fixadas cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e para as letras financeiras (LF) pré-fixadas utiliza-se a taxa contratada. Além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera também as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda.

ii. Títulos públicos: O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBLMA).

iii. Quotas de fundos de investimentos: O valor unitário da quota dos fundos de investimentos não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável.

g) Recuperabilidade de ativos financeiros: A Seguradora avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros de acordo com as classes abaixo:

- Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício;
- Para prêmios a receber é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.a.

h) Recuperabilidade de ativos não financeiros: Ativos sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para a recuperabilidade quando ocorrem circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por *impairment* pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudanças nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

i) Investimentos: Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos são registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

j) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados para a condução

dos negócios. Tais ativos são registrados conforme CPC 27 - Ativo imobilizado, isto é, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação que é reconhecido no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos que são revisados periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 10.a.

k) Intangível: Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática que são controlados pela Seguradora, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 10.b.

A Somo Saúde Seguros S.A., em conformidade com o CPC 4 - Ativo intangível e CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, no exercício de 2018, revisou as premissas de vida útil de seus ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de computação" com efeito de anos anteriores no patrimônio líquido de R\$ 40 (R\$ 874 em 2018).

l) Provisões técnicas: As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução Normativa (RN) nº 442 de 20 de dezembro de 2018 da ANS, respeitadas as adequações e/ou alterações de legislações atuais, com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em notas técnicas atuariais (NTA). A provisão de prêmios não ganhos (PPC-NG) é constituída com base nos prêmios apropriados pelo valor correspondente ao rateio diário "pro-rata-die" do período de cobertura individual de cada contrato em pré-pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura, e é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para garantia de sinistros já ocorridos, avisados e registrados contabilmente, ainda não liquidados. A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) é estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados e registrados contabilmente. A provisão de remissão é constituída para a cobertura das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão dos prêmios referentes a cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. Outras provisões técnicas (OPT), se necessárias, serão constituídas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que substanciadas em Nota Técnica Atuária de Provisões (NTAP) e aprovadas pela DIOPE, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

m) Benefícios a empregados: Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios:

i. Aposentadoria: A Seguradora é patrocinadora da PrevSomo - Somo Entidade de Previdência Complementar, que administra 1 (um) plano de benefício previdenciário, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. O plano de benefícios (Confortprev) está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a patrocinadora, de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados.

ii. Benefícios de rescisão - pós-emprego: Os benefícios de rescisão comumente chamados de pós-emprego, são os despendidos quando o emprego é rescindido pela Seguradora. Na Somo Saúde Seguros S.A., estes benefícios referem-se ao seguro saúde que é estimado de acordo com a convenção coletiva de trabalho.

iii. Participação nos lucros e resultados (PLR): A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera a distribuição em função de um plano interno de participação nos lucros e resultados e respectiva concordância do Sindicato dos Secretários, de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. A definição das metas e os montantes de participação dos colaboradores nos lucros e resultados são definidos por uma comissão interna, composta por colaboradores das diversas áreas da Somo que se reúne anualmente com representantes da diretoria da Seguradora e do Sindicato dos Secretários.

n) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido foi majorada a partir de setembro de 2015 sendo calculada a 20% até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/2015, voltando a ser calculada a 15% sobre o lucro tributável a partir de janeiro de 2019. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da Lei nº 13.169/2015, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, foram atualizados neste período, ativos e passivos fiscais diferidos de diferenças temporárias de CSLL (vide nota explicativa nº 7.a) onde a partir de janeiro de 2019 a alíquota volta para 15%. A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

o) Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes: A Seguradora

reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável e divulgadas segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. As obrigações legais objeto de ações judiciais fiscais são provisionadas pelo valor provável de desembolso futuro de caixa. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes.

4. Gestão de risco de seguro e risco financeiro: A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em 31 de dezembro de 2019, o desempenho da carteira de investimentos da Somo Saúde Seguros S.A. atingiu 6,10% no acumulado do período, representando 102,32% do CDI que foi de 5,96%, um aumento de performance de 0,71% em relação ao período anterior. O CDI de 2018 acumulado foi de 6,42% e o desempenho da carteira foi de 6,52% no ano, representando 101,6% do CDI.

a) Gestão de risco de seguro: A Seguradora comercializa contratos de plano de seguro saúde coletivos: empresariais e pequenas e médias empresas (PME). O seguro saúde comercializado é destinado às pessoas jurídicas, sendo que o grupo segurável inclui sócios, funcionários e seus dependentes. Os segurados dispõem de uma ampla rede referenciada, contemplando médicos, laboratórios e hospitais. Além disso, os segurados podem optar pelo reembolso das despesas médico-hospitalares, dentro dos limites do plano contratado. O seguro saúde possui diversos produtos para contratação, sendo que o risco de seguro está vinculado ao produto contratado. O seguro para pequenas e médias empresas é destinado às empresas com obrigatoriamente no mínimo 2 (dois) titulares e no máximo 29 (vinte e nove) segurados entre titulares e dependentes. Contratos celebrados a partir de 30 (trinta) segurados são classificados como empresariais. A Seguradora possui uma carteira de segurados de planos individuais (*run-off*) que se encontra representada por contratos emitidos em períodos passados e ainda vigentes, regulados segundo as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), garantindo todos os direitos previstos aos nossos segurados nesses contratos. A Seguradora administra os riscos originados dos contratos de seguro saúde empresarial e PME através de sua estratégia de negociação, análise detalhada de risco e um sistema de liquidação de sinistros criterioso. Para os riscos relacionados ao aumento da frequência e severidade na utilização dos planos de saúde, a Seguradora conta ainda com uma equipe de auditoria e gestão médica interna e externa para regulação de procedimentos mais críticos. Destaca-se também a boa relação que a Somo Saúde Seguros S.A. mantém com seus clientes, fornecedores, hospitais, laboratórios, clínicas e médicos de sua rede credenciada.

b) Gestão de riscos financeiros: Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se, também, os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco.

i. Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. Tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. Considera-se como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimentos destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha suas estratégias de investimentos quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo os fluxos de caixa contratuais não descontado e verifica-se que, em sua totalidade, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações:

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro 2019

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.935	-	-	-	-	-	-	2.935
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	46.106	-	-	-	-	-	-	46.106
Títulos de renda fixa privado	46.106	-	-	-	-	-	-	46.106
Ativos financeiros disponíveis para a venda	1.633	-	-	-	10.866	132.752	-	145.251
Títulos de renda fixa público	1.633	-	-	-	6.439	131.748	-	139.820
Títulos de renda fixa privado	-	-	-	-	4.427	1.004	-	5.431
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.688	159	503	179	517	1.389	-	11.435
Prêmios a receber de segurados e coparticipação - decorrido	1.961	159	503	179	517	1.389	-	4.708
Outros créditos operacionais	6.727	-	-	-	-	-	-	6.727
Bens e títulos a receber	5.071	-	-	-	-	-	6	5.077
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	7.880	7.880
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	8.014	8.014
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	44.319	44.319
Total dos ativos financeiros	64.433	159	503	179	11.383	134.141	60.219	271.017
Passivos financeiros								
Provisões técnicas	24.491	-	-	-	205	-	71.974	96.670
Débitos das operações com assistência à saúde	2.258	30	19	61	212	135	-	2.715
Tributos e encargos sociais a recolher	2.514	-	-	-	-	-	901	3.415
Débitos diversos	7.165	26	-	-	98	-	2.573	9.862
Obrigações com pessoal	3.403	-	-	-	-	-	-	3.403
Depósitos de terceiros	254	26	-	-	98	-	-	378
Fornecedores	794	-	-	-	-	-	-	794
Outros débitos a pagar	2.714	-	-	-	-	-	-	2.714
Provisões judiciais	-	-	-	-	-	-	23.066	23.066
Total dos passivos financeiros	36.428	56	19	61	515	135	98.514	135.728

ii. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, seguindo as determinações da política corporativa de investimentos financeiros, que determina como *rating* mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber nos ramos de riscos decorridos é maior, uma vez que, a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os mesmos são substancialmente reduzidos (e considerado como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros

detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2019 distribuídos por *rating* de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais:

Posição em 31 de dezembro de 2019

Ativos financeiros/rating	Sem rating				Total
	AAA	AA	A	rating	
A valor justo por meio do resultado	39.397	6.709	-	-	46.106
Títulos de renda fixa privado	39.397	6.709	-	-	46.106
Disponíveis para a venda	144.247	-	1.004	-	145.251
Títulos de renda fixa público	139.820	-	-	-	139.820
Títulos de renda fixa privado	4.427	-	1.004	-	5.431
Disponível	-	-	-	-	2.935
Prêmios a receber	-	-	-	-	4.708
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-	-	-	6.727
Total do circulante e não circulante	183.644	6.709	1.004	14.370	205.727

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados *impaired* e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados *impaired*.

	Posição em 31 de dezembro de 2019							Saldo contábil 31/12/2019
	Ativos não vencidos e não deteriorados			Ativos vencidos			Provisão para perda	
	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano				
Disponível	2.935	-	-	-	-	-	2.935	
Valor justo por meio do resultado	46.106	-	-	-	-	-	46.106	
Títulos de renda fixa privado	46.106	-	-	-	-	-	46.106	
Disponíveis para a venda	145.251	-	-	-	-	-	145.251	
Títulos de renda fixa público	139.820	-	-	-	-	-	139.820	
Títulos de renda fixa privado	5.431	-	-	-	-	-	5.431	
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	814	2.142	573	1.785	15.189	(9.068)	11.435	
Prêmios a receber	814	2.142	573	1.785	8.462	(9.068)	4.708	
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	6.727	-	6.727	
Depósitos judiciais e fiscais	44.319	-	-	-	-	-	44.319	
Total do circulante e não circulante	239.425	2.142	573	1.785	15.189	(9.068)	250.046	

iii. **Gestão de risco de mercado:** A Sompô Saúde Seguros S.A., utiliza análises de sensibilidade e testes de *stress*, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (*Value at Risk*), a Seguradora utiliza como limite 0,5% ao dia, com 99% de nível de confiança. Para a posição de 31 de dezembro de 2019, a perda máxima potencial é de 0,04% do valor total da carteira de investimentos. A gestão de investimentos da Seguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e havendo um momento de *stress* que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio líquido da Seguradora, convoca o Comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. A Seguradora possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Conseqüentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas/aumentadas, o valor justo desses ativos tende a oscilar gerando marcação a mercado (MTM). A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos de mercado sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e os disponíveis para venda levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio da Seguradora. O impacto apresentado é uma combinação das variáveis taxa de juros, inflação e Ibovespa:

	Premissas	Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 31 de dezembro de 2019	
		Aumento Resultado do exercício	Redução Resultado do exercício
Classes	2019/2020		
Letra financeira (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	100	(98)
Letras financeiras do tesouro (LFT) pós	200 bps na taxa de juros	2.717	(2.668)
Fundos de investimentos renda fixa (CDI) pós	200 bps na taxa de juros	1.022	(1.002)
Total		3.839	(3.768)

b) Resumo das aplicações:

	2019								
	Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		46.106	-	-	46.106	-	46.106	-	46.106
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		46.106	-	-	46.106	-	46.106	-	46.106
Ativos financeiros disponíveis para venda		1.633	9.588	134.030	145.337	(86)	145.251	139.820	5.431
Títulos públicos federais - LFT e LTN	100% Selic (LFT) 5,83% a.a até 5,88% a.a (LTN)	1.633	5.161	133.026	139.910	(90)	139.820	139.820	-
Títulos privados - letras financeiras - LF	107% CDI (LF) 5,92% a.a (LF)	-	4.427	1.004	5.427	4	5.431	-	5.431
Total		47.739	9.588	134.030	191.443	(86)	191.357	139.820	51.537
	2018								
	Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		92.420	-	-	92.420	-	92.420	-	92.420
Valores mobiliários privados - Quotas de fundos de investimentos abertos		92.420	-	-	92.420	-	92.420	-	92.420
Ativos financeiros disponíveis para venda		18.856	1.541	118.376	138.799	(26)	138.773	124.787	13.986
Títulos públicos federais - LFT e NTN-B	100% Selic (LFT)	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados - letras financeiras - LF	IPCA+ 2,25% (NTN-B)	9.013	1.541	114.233	124.818	(31)	124.787	124.787	-
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB	107% até 109% CDI (LF)	5.686	-	4.143	9.827	2	9.829	-	9.829
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB	109% CDI (CDB)	4.157	-	-	4.154	3	4.157	-	4.157
Total		111.276	1.541	118.376	231.219	(26)	231.193	124.787	106.406

c) Movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2019
Valor justo por meio do resultado	92.420	156.100	(206.830)	4.416	-	46.106
Quotas de fundos de investimentos abertos	92.420	156.100	(206.830)	4.416	-	46.106
Disponíveis para venda	138.773	180.492	(181.890)	7.935	(59)	145.251
Títulos privados - CDB e letras financeiras	13.986	1.000	(10.269)	715	(1)	5.431
Títulos públicos federais - LFT/ LTN/ NTN-B	124.787	179.492	(171.621)	7.220	(58)	139.820
Total	231.193	336.592	(388.720)	12.351	(59)	191.357

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e títulos e créditos a receber (*):

a) Composição dos saldos:

	2019	2018
Pessoa jurídica	2.538	8.822
Pessoa física	8.392	14.506
Total prêmios a receber (*)	10.930	23.328
Participação de beneficiários em sinistros indenizáveis	2.846	3.710
Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(9.068)	(14.940)
Subtotal	4.708	12.098
Outros créditos operacionais de assistência à saúde	6.727	6.728
Total	11.435	18.826

(*) Os títulos e créditos a receber referem-se as faturas que possuem depósitos judiciais atrelados.

b) Idade dos saldos - prêmios a receber:

	2019	2018
A vencer	814	2.459
Vencidos de 1 a 30 dias	1.461	3.014
Vencidos de 31 a 60 dias	276	2.289
Vencidos de 61 a 120 dias	718	1.121
Vencidos de 121 a 180 dias	260	1.619
Vencidos de 181 a 365 dias	1.785	3.171
Vencidos há mais de 365 dias	8.462	13.365
Subtotal	13.776	27.038
PPSC	(9.068)	(14.940)
Total	4.708	12.098

7. Créditos tributários, previdenciários e ativo fiscal diferido:

	2019	2018
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota nº 7.a)	23.627	26.084
Créditos de PIS e COFINS	4.915	5.359
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	2.380	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.949	399
Outros créditos tributários	1.016	994
Subtotal	33.887	32.836
(-) Provisão para tributos diferidos	(901)	(826)
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	-	(3.804)
Total circulante e não circulante	32.986	28.206

a) Movimentação de créditos tributários e previdenciários: Tendo em vista que os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais, o prazo de sua realização está condicionado ao desfecho das ações judiciais em andamento.

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Créditos tributários de diferenças temporárias	26.084	287	(2.744)	23.627
Créditos de PIS e COFINS	5.359	580	(1.024)	4.915
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	-	2.380	-	2.380
Imposto de renda e contribuição social a compensar	399	1.550	-	1.949
Outros créditos tributários	994	22	-	1.016
(-) Tributos diferidos passivo	(826)	(75)	-	(901)
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	(3.804)	-	(3.804)	-
Total do circulante e não circulante	28.206	4.744	36	32.986

b) Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social: A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

	2019		2019	
Ano da constituição do crédito	Base de cálculo	Crédito tributário	Base de cálculo	Crédito tributário
2019	5.828	1.457	6.155	923
Total	5.828	1.457	6.155	923

c) Gestão de risco de capital: A Sompô Saúde Seguros S.A., executa a gestão de risco do capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo critérios de exigibilidade emitidos pela ANS, definido como margem de solvência. Tanto a estratégia, como o modelo utilizado, são considerados pela Administração como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco do capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização de ambos os níveis e diversificação das fontes de capital disponíveis, e de manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora, Comitês de Planejamento Financeiro e Riscos. Os principais objetivos da Seguradora na gestão de capital são: (i) Manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios mínimos determinados pela ANS; e (ii) Otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. A tabela apresentada a seguir demonstra o cálculo de capital mínimo regulatório em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Patrimônio líquido	178.396	197.885
Obrigações legais com circulantes (contingências fiscais)	252	2.015
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa	(2.380)	-
(-) Despesas diferidas	(8.014)	(6.217)
(-) Despesas antecipadas	(1.882)	(68)
(-) Intangível	(11.568)	(7.930)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	154.804	185.685
Parte A		
(A) Prêmios (últimos 36 meses)	1.562.391	1.585.065
(A) 36 meses prêmios retidos anual (0,2)	104.159	105.671
(A) Sinistros (últimos 60 meses)	2.250.048	2.317.691
(A) 60 meses sinistros retidos anuais (0,33)	148.503	152.968
Parte B		
(B) Prêmios (últimos 12 meses)	483.507	536.548
(B) 12 meses prêmios retidos anual (0,2)	96.701	107.310
(B) Sinistros (últimos 36 meses)	1.332.998	1.356.948
(B) 36 meses sinistros retidos anuais (0,33)	146.630	149.264
(C) Margem de solvência	147.567	151.116
Suficiência	7.237	34.559

5. Aplicações financeiras: Apresentamos a seguir a composição das aplicações por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão registrados contabilmente no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. **a) Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:** A divulgação por nível, relacionada a mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos; • **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

c) Cronograma de realização dos créditos tributários:

	Prejuízos fiscais	Base negativa de CSLL	Saldo final do exercício
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.457	923	2.380
2020	(48)	(29)	2.303
2021	(46)	(27)	2.230
2022	(387)	(232)	1.611
2023	(920)	(552)	139
2024	(56)	(83)	-

8. Depósitos judiciais e fiscais:

	2019	2018
Fiscais	22.646	21.910
Sinistros	17.195	16.528
Cíveis	3.707	1.647
Trabalhistas	587	477
Outros	184	39
Total	44.319	40.601

9. Investimentos: Imóveis destinados a renda: Tratam-se de imóveis próprios da Seguradora, cuja finalidade é obter renda através da locação. Tais ativos foram reclassificados de imóveis de uso próprio e registrados como investimento conforme CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada e perdas por *impairment*, quando aplicável.

	Saldo em 31/12/2018	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Edificações	469	(50)	419
Terrenos	541	-	541
Total	1.010	(50)	960

10. Imobilizado e Intangível:

a) Imobilizado:

	Saldo em 2018	Depreciação	Saldo em 2019	Taxas de depreciação (%)
Equipamentos	2	-	2	20%
Imóveis de uso próprio	2.661	(92)	2.569	2,5% a 6,7%
Móveis, máquinas e utensílios	12	(5)	7	10%
Sistemas aplicativos (*)	340	(228)	112	4% - 20%
Total	3.015	(325)	2.690	

(*) Referem-se a Hardware.

b) Intangível:

	Saldo em 2018	Aquisições	Amortização	Transferências	Saldo em 2019	Taxas de amortização
Sistemas de computação	2.586	22	(818)	7.001	8.791	4% - 20%
Outros intangíveis (*)	5.344	4.434	-	(7.001)	2.777	
Total	7.930	4.456	(818)	-	11.568	

(*) Referem-se a projetos em curso.

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

	Provisão de prêmios não ganhos - PPCNG	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar - PSL(*)	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.455	1.412	56.342	52.963	116.172
Constituição	1.128	444	517.690	6.680	525.942
Reversão/pagamentos	(1.104)	(503)	(519.367)	(11.340)	(532.314)
Saldo em 31					

13. Tributos e contribuições a recolher:

	2019	2018
a) Tributos e encargos sociais a recolher:		
Imposto de renda	-	2.050
Contribuição social	-	1.754
Total de provisões	-	3.804
PIS e COFINS	265	516
Imposto sobre operações financeiras - IOF	406	792
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	417	395
Contribuições previdenciárias	577	549
Outras	849	552
Total de tributos e contribuições a recolher	2.514	6.608
b) Provisões para tributos diferidos:		
Imposto de renda	565	516
Contribuição social	336	310
Total	901	826

As provisões demonstradas acima compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o diferimento de depósitos judiciais.

14. Débitos diversos:

	2019	2018
Obrigações com o pessoal	3.403	3.282
Participação nos lucros a pagar	1.130	964
Provisão de férias e 13º salário	2.231	2.109
Outras obrigações com o pessoal	42	209
Débitos diversos	6.459	7.824
Depósitos de terceiros (nota nº 14.a)	378	3.237
Outros débitos a pagar à Somo Seguros	926	1.579
Dividendos a pagar	2.573	2.390
Fornecedores	794	601
Outros débitos a pagar (*)	1.788	17
Total de débitos diversos	9.862	11.106

(*) Referem-se a licenças de softwares.

a) Depósitos de terceiros

Vencidos	2019	2018
De 1 a 30 dias	202	-
De 31 a 60 dias	65	-
De 61 a 120 dias	7	-
De 121 a 180 dias (**)	6	3.018
De 181 a 365 dias	-	116
Acima de 365 dias	98	103
Total	378	3.237

(**) Referem-se a parcelas vincendas.

15. Provisões judiciais: a) Quantidades e valores por probabilidade de risco:

	2019			2018		
	Quantidade	Valor envolvido	Provisão	Quantidade	Valor envolvido	Provisão
I - Fiscais						
Perda provável	1	15.693	15.693	1	15.297	15.297
Perda possível	1	2.087	-	1	1.780	-
Total	2	17.780	15.693	2	17.077	15.297
II - Cíveis						
Perda provável	231	7.027	7.027	319	6.373	6.373
Perda possível	164	25.208	-	154	19.481	-
Perda remota	83	2.138	-	108	3.127	-
Total	478	34.373	7.027	581	28.981	6.373
III - Trabalhistas						
Perda provável	7	346	346	9	654	654
Perda possível	4	1.219	-	3	594	-
Total	11	1.565	346	12	1.248	654
Total geral						
Perda provável	239	23.066	23.066	329	22.324	22.324
Perda possível	169	28.514	-	158	21.855	-
Perda remota	83	2.138	-	108	3.127	-
Total	491	53.718	23.066	595	47.306	22.324

As quantidades demonstradas na tabela acima referem-se ao número de pedidos por ação judicial. A perspectiva em relação à probabilidade de perda é baseada na opinião dos assessores jurídicos da Seguradora e da Administração.

b) Movimentações das provisões judiciais:

Natureza	Saldos em 31/12/2017	Principal	Encargos moratórios	Baixas	Saldos em 31/12/2019
I - Fiscais	15.297	-	396	-	15.693
II - Cíveis	6.373	2.385	661	(2.392)	7.027
III - Trabalhistas	654	-	35	(343)	346
Total	22.324	2.385	1.092	(2.735)	23.066

c) Descrições resumidas das principais ações judiciais: Provisões judiciais: i. Ações de natureza fiscal

(ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009): A Seguradora optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal do Brasil - RFB e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Dentre as ações incluídas na anistia fiscal destacamos a COFINS, bem como a contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL sobre tributos com exigibilidade suspensa, em relação às quais a RFB apresentou manifestações discordando da metodologia de cálculo utilizada pela Seguradora para quitação dos tributos. As ações aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3.

ii. PIS - Programa de Integração Social:

A Seguradora discute para o período de junho de 1994 a dezembro de 2014, a exigibilidade da contribuição para o PIS, exigida nos termos das emendas constitucionais - EC nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997 e Lei nº 9.718/1998, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. Em todas as ações judiciais houve interposição dos recursos especial e extraordinário, os quais aguardam julgamento definitivo dos "leading cases" em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF.

iii. PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social:

A Seguradora discute judicialmente a exigibilidade da contribuição ao PIS a partir do ano-calendário de 2001, nos moldes da Lei nº 9.701/98, Medida Provisória MP 2158-33/01 e reedições, bem como pela Lei nº 9.718/98, encontrando-se a ação com julgamento sobrestado dos recursos especial e extraordinário interpostos pela Seguradora, os quais aguardam julgamento definitivo do "leading case" em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF.

iv. IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - glosa de despesas:

A Seguradora recebeu autos de infração referentes ao imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte, sobre glosa de despesas dos exercícios de 1991 e 1992. Proposta ação anulatória, em maio de 2015 foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação judicial sendo determinada a anulação da cobrança em quase sua totalidade, reduzindo o débito para 0,81% de seu valor original. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.

v. CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

A Seguradora questiona judicialmente a Emenda Constitucional - EC nº 10/1996, sobre a elevação da alíquota da contribuição social de 18% para 30% no primeiro semestre do exercício de 1996. Atualmente os autos aguardam julgamento de recurso extraordinário pelo STF.

vi. IRPJ - Dedução de tributos com exigibilidade suspensa:

A Seguradora discute judicialmente a legalidade da dedução de tributos com exigibilidade suspensa da base de cálculo do IRPJ, a teor do disposto no § 1º, do artigo 41, da Lei nº 8.981/1995, sendo proferida sentença e decisão do tribunal desfavoráveis. Interpostos os recursos especial e extraordinário os mesmos não foram admitidos pelo TRF3. Interpostos agravos contra as referidas decisões, sobre o qual o STJ negando provimento ao recurso especial, permanecendo pendente o julgamento do agravo interposto contra a decisão que não admitiu o recurso extraordinário pelo STF.

Provisões trabalhistas:

A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista que encontram-se em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável".

16. Patrimônio líquido: a) Capital social:

O capital social em dezembro de 2019 e 2018 é representado por 3.495.459 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 2019 foi realizada redução de capital de R\$ 20.000 mediante a restituição de capital à acionista detentora da totalidade das ações representativas do capital social da Seguradora e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações.

b) Reserva legal:

Constituída quando houver lucro, pelo valor correspondente a 5% do lucro líquido do exercício social, sendo seu valor limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social quando a reserva estatutária não for suficiente.

c) Reserva estatutária:

A reserva estatutária, denominada reserva especial no estatuto da Seguradora,

é constituída quando houver lucro líquido no exercício após deduções legais, ao final de cada exercício social, sendo destinada à amortização de eventuais prejuízos em exercícios futuros, aumento de capital social ou distribuição de bonificações aos acionistas, por deliberação da Assembleia Geral.

d) Dividendos: Os dividendos são registrados contabilmente quando sua distribuição é proposta pela Administração ou deliberada pelos acionistas. Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não pagos ao final de cada exercício é deduzido do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrada como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O montante distribuído de dividendos em 2019 é de R\$ 183 (R\$ 2.390 em 2018).

e) Ajustes de avaliação patrimonial: Ajustes de avaliação patrimonial compreendem alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

17. Detalhamento das contas do resultado:

	2019	2018
a) Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	479.745	533.519
Ramos	489.107	541.768
Individual	94.367	96.408
Empresarial	394.740	445.360
Corresponsabilidade cedida	(5.776)	(5.220)
Individual	(10)	-
Empresarial	(5.766)	(5.220)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(2.990)	(3.064)
COFINS	(2.572)	(2.636)
PIS	(418)	(428)
Variação das provisões técnicas	(596)	35
b) Sinistros retidos	(410.898)	(443.255)
Indenizações avisadas	(482.290)	(516.855)
Recuperação em coparticipação	9.824	23.886
Glosa	60.933	45.053
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados - PEONA	635	4.661
c) Outras despesas operacionais	2.167	(4.743)
Provisão para perdas sobre créditos	5.872	(3.241)
Despesas com apólices e contratos	(569)	(682)
Despesas com cobrança	(170)	(69)
Despesas com sinistro e inspeção	(41)	(104)
Contingências cíveis	(999)	1.157
Outras despesas operacionais	(1.926)	(1.804)
d) Despesas de comercialização	(29.319)	(33.152)
Despesas com comissão	(21.514)	(24.454)
Despesas com agenciamento	(7.346)	(7.465)
Encargos sociais sobre comissões e agenciamentos	(393)	(397)
Outras despesas de comercialização	(66)	(836)
e) Despesas administrativas	(51.682)	(51.646)
Pessoal próprio	(34.251)	(35.399)
Serviços de terceiros	(6.159)	(6.258)
Despesas de localização e funcionamento	(4.527)	(4.132)
Depreciação e amortização	(1.152)	(1.082)
Depreciação	(360)	(298)
Amortização	(792)	(784)
Despesas com tributos	(606)	(522)
Despesas com contingências	(4.734)	(3.508)
Outras	(253)	(745)
f) Resultado financeiro líquido	12.324	21.654
Receitas financeiras	12.745	18.453
Rendimentos - aplicações financeiras	12.351	14.020
Rendimentos - títulos públicos federais	7.220	7.564
Rendimentos - quotas e fundos de investimentos abertos	4.416	5.145
Rendimentos - certificados de depósitos bancários e letras financeiras	715	1.311
TVM - títulos públicos federais - valor justo	-	3
Atualização de depósitos judiciais	1.470	1.625
Outras receitas financeiras	(1.076)	2.805
Despesas financeiras	(421)	3.201
Juros sobre tributos	(119)	3.311
Depósitos SUS	(191)	-
Despesa financeira com títulos privados de renda fixa	(111)	(110)
g) Resultado patrimonial	-	(73)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	(73)
h) Resultado com resseguro	-	1.960
Receitas com resseguro	-	6.336
Recuperação de resseguro	-	6.336
Despesas com resseguro	-	(4.376)
Outras despesas de resseguro	-	(4.376)

18. Contraprestações de corresponsabilidade cedida (*):

	2019	2018
Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência médico-hospitalar		
Planos individuais/familiares antes da lei	(3)	-
Planos individuais/familiares depois da lei	(7)	-
Planos coletivos empresariais antes da lei	(1)	-
Planos coletivos empresariais depois da lei	(5.765)	(5.220)
Total cobertura assistencial com preço pré-estabelecido	(5.776)	(5.220)

(*) A partir de 2019, de acordo com a RN nº 446/2019, foi requerido abertura das contraprestações de corresponsabilidade cedida, conforme quadro acima.

19. Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	2.337	2.337	24.264	24.264
Participações sobre o lucro	(2.011)	(2.011)	(1.918)	(1.918)
Resultado antes dos impostos e participações	326	326	22.346	22.346
Passivos contingentes	742	742	(4.546)	(4.546)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	-	-	(3)	(3)
Provisão para devedores duvidosos	(5.872)	(5.872)	3.241	3.241
Participação nos lucros e resultados	82	82	113	113
PEONA e PSL SUS	(1.156)	(1.156)	2.820	2.820
Provisão de amortização de projetos	-	-	(36)	(36)
Ajustes temporários	(6.204)	(6.204)	1.589	1.589
Outros ajustes permanentes	50	(277)	(409)	(409)
Ajustes permanentes	50	(277)	(409)	(409)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(5.828)	(6.155)	23.526	23.526
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(5.857)	(4.706)
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	1.457	923	-	-
Incentivo fiscal	-	-	226	-
Tributos diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de TVM	-	-	1	1
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	(1.551)	(931)	397	239
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (5%)	-	-	-	(2.608)
Outros ajustes	449	96	(44)	68
Total de imposto de renda e contribuição social	355	88	(5.277)	(7.006)

20. Partes relacionadas:

Partes relacionadas e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC nº 5 - Divulgação sobre partes relacionadas. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Seguradora utiliza-se de certos componentes da estrutura administrativa e operacional de sua controladora. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes pagos de despesas administrativas para a controladora direta Somo Seguros S.A. somaram R\$ 12.713 (R\$ 13.883 em 2018). As despesas com seguro de vida cobertas pela controladora direta Somo Seguros S.A. totalizaram R\$ 39 (R\$ 36 em 2018). O seguro saúde dos funcionários da controladora direta Somo Seguros S.A. é contratado com a Somo Seguros Saúde S.A.. A receita de prêmios no exercício totalizou R\$ 27.455 (R\$ 23.108 em 2018).

Conselho de Administração	Diretoria	Contador	Atuário
Francisco Caiuby Vidigal Filho - Presidente Atsushi Yasuda Ryo Tamura	Francisco Caiuby Vidigal Filho - Diretor Presidente Sven Robert Will - Diretor Executivo Adailton Oliveira Dias - Diretor Executivo Fernando Antonio Grossi Cavalcante - Diretor Executivo	Ivan Fernando dos Santos CRC SP269845/O-8	Duarte Marinho Vieira MIBA 1112

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Somo Saúde Seguros S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Somo Saúde Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Somo Saúde Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às

circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



São Paulo, 26 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contadora CRC-1SP198827/O-3